ESPAÇO DE DIÁLOGO - ASSENTAMENTOS CONSTRUINDO NOVOS TERRITÓRIOS

ÍNDICE

- **O MUNICÍPIO DE RONDA ALTA: HISTÓRICO DOS CONFLITOS NO CAMPO E AS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS ENTRE O URBANO E RURAL** _____ **2**
- **ANÁLISE DE CONTEÚDO: A PESQUISA QUALITATIVA NO ÂMBITO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA** _____ **4**
- **MST E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA** _____ **7**
- **ASSENTAMENTO, O CONSTRUIR DE UM NOVO TERRITÓRIO** _____ **10**
- **O ESPAÇO RURAL DO OESTE CATARINENSE: COLONIZAÇÃO, APOGEU E CRISE.** _____ **18**

O MUNICÍPIO DE RONDA ALTA: HISTÓRICO DOS CONFLITOS NO CAMPO E AS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS ENTRE O URBANO E RURAL[1]

CLÁUDIA ARESI[2]

ANA MARIA RADAELLI DA SILVA[3]

O trabalho é um projeto de pesquisa, em realização, sobre o histórico dos conflitos no campo e as relações socioespaciais estabelecidas entre o urbano e o rural do município de Ronda Alta. Justifica-se ao considerar que as relações derivadas do conflito pela terra caracterizam as transformações territoriais do mesmo, estabelecendo outras formas de ocupação do espaço, a partir das quais surgem contradições socioespaciais que necessitam de uma investigação mais detalhada sobre o assunto. Portanto, é a partir dessa questão que queremos investigar e analisar as características do município para confirmar ou refutar as hipóteses levantadas, ou seja, se estes conflitos no campo são os principais fatores que determinam as transformações territoriais ocorrida no mesmo.

Os objetivos deste estudo compreendem: reconstruir o histórico dos conflitos no campo no município de Ronda Alta; investigar como os conflitos no campo determinam as atuais relações socioespaciais entre o urbano e o rural do município; traçar um perfil socioeconômico do município a partir dos dados obtidos na pesquisa.

Foram previstos os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, com base nas fontes secundárias, através da qual serão feitas leituras prévias de textos sobre o assunto, bem como fichamentos e resumos dos mesmos; elaboração de um instrumento de pesquisa específico para a zona urbana que abordará questões referentes à população, à infra-estrutura (água, esgoto, pavimentação, iluminação

[1] Estudo preliminar do Trabalho de Conclusão do Curso – TCC de Geografia da Universidade de Passo Fundo – UPF, em andamento.
[2] Acadêmica do Curso de Geografia da Universidade de Passo Fundo, nível VII.
[3] Professora Pesquisadora do Curso de Geografia da Universidade de Passo Fundo – UPF. Orientadora do Trabalho de Conclusão do Curso em Geografia.

pública), aos serviços (educação, saúde), aos equipamentos (meios de transporte, posto policial, corpo de bombeiros), bem como as necessidades imediatas no bairro/cidade e elaboração de um outro instrumento específico para a zona rural que deverá contemplar dados sobre o proprietário, a propriedade, os equipamentos, a produção de alimentos, os moradores trabalhadores fixos ou eventuais e outros.

Posteriormente, será realizada a pesquisa experimental, ou seja, a aplicação desses instrumentos de pesquisa na zona urbana e rural, com base em uma das metodologias utilizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 10% do número de domicílios urbanos e de estabelecimentos rurais. O número de residências e estabelecimentos rurais serão coletados junto ao registro existente na Prefeitura Municipal de Ronda Alta. Após a elaboração dos instrumentos de pesquisa será efetuada a aplicação dos mesmos, tanto no urbano como no rural do município.

Depois de efetuadas estas etapas, será realizada a tabulação dos dados obtidos, onde os mesmos serão representados através de tabelas, gráficos, pirâmides, seguidas de uma análise sobre os resultados. A etapa final é a elaboração total do trabalho, compreendendo desde a primeira etapa até a análise final dos instrumentos de pesquisa aplicados no urbano e no rural do município de Ronda Alta.

Até o momento presente está sendo desenvolvida a conclusão do embasamento teórico que subsidia este estudo, percorrendo autores como Carlos (1996/1997), Castells (1983), Cavalcanti (2001), Fernandes (2000), Ferreira (2002), Lefebvre (1991), Oliveira (1999/1989), Rückert (1997), Veiga (2002, entre outros. Também já foi realizada a aplicação dos instrumentos de pesquisa na área urbana do município e a sua respectiva análise, cujos dados já apontam para a confirmação das hipóteses.

ANÁLISE DE CONTEÚDO: A PESQUISA QUALITATIVA NO ÂMBITO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA

JEFFERSON RODRIGUES DOS SANTOS[4]; PAULO ROBERTO RODRIGUES SOARES[5]; LUIZ FERNANDO MAZZINI FONTOURA[6]

RESUMO

O trabalho de campo numa pesquisa em geografia agrária não pode ater-se somente à coleta de dados que sejam expressos através de percentuais, tabelas e gráficos. É preciso ir além, é necessário extrair dos envolvidos num determinado processo ocorrente no espaço agrário, elementos relacionados às suas visões de mundo, seus hábitos, tabus, vivências e temores. Neste momento, mostra-se como uma poderosa aliada à ciência geográfica a perspectiva metodológica denominada "Pesquisa Qualitativa".

O método de pesquisa denominado pesquisa qualitativa, consiste em um conjunto de procedimentos que não buscam generalizar os resultados que alcançam nos estudos, criando com isso modelos que se pretendam universais. A pesquisa qualitativa pretende apenas obter generalidades, idéias predominantes existentes no interior de grupos específicos.

Dentro do contexto da pesquisa qualitativa, destacamos a Análise de Conteúdo. A análise de conteúdo constitui-se de uma metodologia de pesquisa utilizada na descrição e interpretação de documentos e textos das mais diversas classes. Através de descrições sistemáticas, ela ajuda o pesquisador a reinterpretar as mensagens e atingir uma compreensão mais aprofundada destas.

As fontes para a análise de conteúdo podem se constituir de quaisquer materiais oriundos da comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos autobiográficos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos e outros. É preciso estar ciente, contudo,

[4] Geógrafo pela FURG. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS.
[5] Professor do Departamento de Geociências da FURG e orientador no Trabalho de Graduação.
[6] Professor do Instituto de Geociências da UFRGS.

de que este material chega ao pesquisador em estado bruto, precisando receber um tratamento para facilitar o trabalho de interpretação.

A análise de conteúdo, embora admita um número ilimitado de abordagens, tem historicamente se enquadrado em seis questões básicas: 1) "*Quem fala?"* 2) "*Para dizer o quê?"* 3) "*A quem?"* 4) "*De que modo?"* 5)"*Com que finalidade?"* 6) "*Com que resultados?"*. Esta classificação dos enfoques da análise de conteúdo não impede entretanto, que o pesquisador utilize mais de uma abordagem para sua análise.

O procedimento de aplicação da análise de conteúdo é composto basicamente por cinco etapas: preparação das informações, unitarização ou transformação do conteúdo em unidades, categorização ou classificação das unidades em categorias, descrição e finalmente a interpretação. Através destas etapas, as informações obtidas através de, por exemplo, entrevistas semi-estruturadas ou abertas podem ter seu conteúdo fragmentado e os fragmentos aglutinados conforme o tema, sem que se perca a origem dos mesmos. Isto possibilita o reconhecimento da espacialidade das informações (os códigos podem conter siglas informando o local da coleta das informações) e o grau de homogeneidade das informações fornecidas pelos envolvidos, através da saturação das mesmas, ou seja, sua repetição massiva.

A aplicação do método culmina com a produção de categorias de análise, a partir do conteúdo das mensagens emitidas pelos envolvidos. Estas categorias, resultado da repetição de temas como por exemplo "*dificuldade na comercialização de produtos agrícolas*" devem ser descritas através de textos síntese. Estes condensam, de maneira sucinta, toda a informação contida em uma determinada categoria. Finalmente é realizada uma interpretação das informações obtidas, momento em que o pesquisador expressa sua visão sobre os resultados. Neste momento, duas formas de interpretação são possíveis: aquela realizada a partir de um arcabouço teórico constituído, ou através de uma teoria que emerge a partir dos próprios dados. Seja qual for o modo, a interpretação é o momento crucial da análise de conteúdo.

Durante nossa pesquisa referente à produção do trabalho de conclusão de curso (vide nota 1), tivemos a oportunidade de experimentar esta metodologia. A análise de conteúdo mostrou ser um método de pesquisa de grandes possibilidades

para a Geografia e em especial para a Geografia Agrária, podendo ser aplicada, à título de exemplo, entre agricultores assentados ou entre membros de pequenas comunidades rurais, obtendo-se resultados muito satisfatórios. Com ela, minimiza-se o risco do pesquisador ser obrigado à ignorar novos fatos por estes estarem fora dos objetivos da pesquisa ou, pior, modelar a realidade para que esta se encaixe em sua teoria/metodologia. À medida que a pesquisa avança, novos elementos surgem, sem que o pesquisador tenha uma idéia inicial dos mesmos. A análise de conteúdo permite que o pesquisador os incorpore e aborde-os em sua pesquisa.

Com relação aos resultados, foi possível observar novamente a validade da metodologia, na medida em que se constata, em muitos casos, orações praticamente idênticas provenientes de pessoas diferentes e de lugares diferentes.

MST E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA

MARCOS FIORENTIN

Este artigo tem como objetivo apresentar a proposta de pesquisa[7] que estamos desenvolvida junto ao programa de pós-graduação em geografia pela UFRGS, durante a realização do XXIV Encontro Estadual de Geografia na categoria de espaços de diálogo, cujo titulo do trabalho é MST e Desenvolvimento Local: Uma experiência do Assentamento Conquista na Fronteira, neste inicio de século.

No espaço de diálogo vamos abordar os problemas e os conflitos que estão ocorrendo no campo brasileiro, partindo para uma analise mais concreta das alternativas que os movimentos sociais tem construído durante estes ultimas décadas, e neste sentido buscamos a apresentar como objeto de estudo da nossa pesquisa um estudo de caso, que estamos realizado no Assentamento Conquista na Fronteira/SC.

É importante inicialmente destacar que movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, se desenvolve no interior da expansão das relações capitalista de produção no campo, que ocorre de forma desigual, e neste contexto os assentamentos tem desenvolvido algumas experiências de projetos alternativos de desenvolvimento local, para poder manter a condição de camponês e fazer frente ao avanço do capital.

As experiências de desenvolvimento local, desenvolvidas pelo MST têm demonstrado, que os assentamentos tem produzido impactos no espaço e na economia dos municípios onde estes são instalados, mudando assim a realidade local dos municípios, situação esta que tem levado as autoridades de alguns municípios a pedir junto ao incra a instalação de assentamentos.

Por outro lado às experiências tem encontrado uma sertã resistência por parte de algumas autoridades municipais, situação esta evidenciada, por exemplo, durante os conflitos ocorridos no Município de São Gabriel no ano de 2003. É uma situação que

[7] Esta pesquisa esta sendo desenvolvida no Assentamento Conquista na Fronteira, sendo uma atividade realizada junto ao departamento de pós-graduação em geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da professora. Dr. Rosa Maria Vieira Medeiros, tendo também o apoio da CAPS.

ao mesmo tempo apresenta um lado contraditório, mas que todavia requer uma explicação.

É mediante este paradoxo que buscamos motivação para desenvolver a pesquisa que tem como principal objetivo compreender a proposta de desenvolvimento local construída pelo Assentamento Conquista na Fronteira e, sua contribuição no desenvolvimento do Município de Dionísio Cerqueira/SC, para identificar se a partir da instalação do assentamento têm, efetivamente tem provocado mudanças no espaço e na economia do município.

O Assentamento Conquista na Fronteira localiza-se no Estremo Oeste de Santa Catarina, ficando a uma distância de 30km da cidade de Dionísio Cerqueira, possuindo uma área de 1.200 ha, tendo 58 famílias instaladas que escolheram trabalhar todos no coletivo, utilizando as potencialidades existentes no território, se constituindo num exemplo de assentamento a nível nacional e ate internacional.

A investigação no assentamento procura num primeiro momento analisar a organização política, a forma como esta organizada a produção e o consumo dentro do assentamento, e como estas questões tem contribuído para legitimação da atual forma de organização da produção (trabalho coletivo) no assentamento.

O processo de desenvolvimento local do Assentamento Conquista na Fronteira foi sendo construído ao longo do tempo, fato este que nos permite pensar o espaço geográfico, dentro de uma concepção de espaço-tempo, abrindo assim a possibilidade de periodização do espaço do Município de Dionísio Cerqueira, para verificação do que é novo, e do que é diferente no espaço temporal do município após a instalação do assentamento.

Neste sentido procuramos analisar o espaço do Município de Dionísio Cerqueira em antes e depois da instalação do Assentamento Conquista na Fronteira, procedimento teórico-metodológico que também já foi desenvolvido pelo professor Jurandir Zamberlam (1989), quando estudou os impactos econômicos dos assentamentos na região de Cruz Alta/RS.

Durante a nossa fala procuraremos enfatizar as diferenças existentes entre o assentamento e a comunidade regional quanto forma de trabalha as questões referentes ao espaço, espaço social e economia, e enfatizar a importância que os assentamentos possui no processo de desenvolvimento dos municípios, e

principalmente no acesso a terra e na geração de emprego e renda para as famílias, que se encontram a margem do sistema capitalista que se desenvolve no campo e na cidade.

ASSENTAMENTO, O CONSTRUIR DE UM NOVO TERRITÓRIO

ALUNA MESTRADO UFRGS: SENIRA BELEDELLI; ORIENTADORA: DRA. ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

Neste trabalho pretendo olhar para um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST numa perspectiva de organização de seu espaço local, pensando se este novo espaço se constitui num território e se o mesmo inicia um novo processo na organização deste movimento social, construindo uma territorialidade com suas características próprias ou não e se assim podemos chamar de um território alternativo.

Ao fazer este olhar tentarei responder algumas perguntas. Primeiro, o que é um assentamento na vida do MST? O assentamento seria uma constituição de um território alternativo? A constituição do território dos assentamentos constrói uma nova territorialidade do MST? Estas serão as questões centrais para o desenvolvimento deste tema.

Assentamento e sua vida

As características, conceitos, peculiaridades são as mais diversas sobre o que vem a ser um assentamento do MST. No contexto mais universal significa ajustar, colocar no seu devido lugar o que está fora, se olharmos por uma dimensão mais política seria resolver o problema das pessoas que não tem moradia, foi assim que os governos iniciaram o uso desta palavra. Mas para o conjunto do MST significa a terra conquistada a partir de todo o processo de luta e organização, aquela que já se pode produzir, morar o seu espaço social. Vejamos o conceito do caderno de Cooperação Agrícola, 1998;

"...precisamos avançar no entendimento de que os assentamentos não são apenas uma unidade de produção. Mas, acima de tudo, são um núcleo social aonde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião, que precisamos estar atentos para que os assentamentos cumpram sua missão histórica para semear as mudanças no meio rural".

Ao analisarmos o conceito do MST precisamos olhar um assentamento como um processo histórico em construção, porque existe a necessidade de entender como se formou o latifúndio e também porque ele foi destinado para fins de reforma agrária, por isso este território sofre profundas transformações e transições. Este espaço local olhado como algo que está sempre em movimento estabelecendo novas relações sociais, políticas, culturais e econômicas em vista do que a realidade vai apresentando em seu contexto. Como coloca Fernandes, 1996: "o movimento constrói o seu espaço, dimensionando o espaço social em um ato político. É um espaço, onde novas atividades sócio políticas são criadas e contribuem para a formação da identidade coletiva do movimento'.

Os assentamentos ao longo do seu processo de construção são diferenciados uns dos outros, a realidade de cada região faz o jeito de ser de cada um. Existem assentamentos próximos de cidades, outros muito distantes sem condições de acesso a estradas e de deslocamento da produção, alguns com muitas famílias, outros com um número muito pequeno de famílias.

As peculiaridades de cada assentamento perpassam pela sua maneira de organizar ou reorganizar aquele espaço. As famílias oriundas de diferentes lugares passam a enxergar e vivenciar seu pedaço de terra e aos poucos vão dando sua cara para este lugar. Uma das características mais imediatas é de organizar o processo produtivo desta nova área de terra destinada ao sem-terra. Ele inicia produzindo geralmente para seu sustento até a chegada de crédito para o plantio das culturas. Cada assentamento cria situações para organizar a questão do lazer, o encontro das famílias, as trocas de produtos que cada um cultiva, ou o fazer de forma coletiva. Observando esta realidade é difícil encontrar assentamentos iguais, mas enxerga-se traços que simbolizam o que significa ser um assentamento dos sem-terra e que estes demarcam a ocupação deste território realizado pelo MST.

A identificação mais concreta do que passa ser um assentamento na sua viabilização e obtenção de resultados sociais tem sido o processo de organização da produção, através do mesmo os assentados estabelecem relações de como acontecerá a vida do assentamento. A experiência anterior de ser um assentado reflete muito no momento de organizar a produção, os conhecimentos já identificam a maneira de se cultivar a terra, também as relações de convivência comunitária.

O aprendizado com a terra e com o assentamento passa muitas vezes a estabelecer relações que anteriormente nunca haviam realizado, como a experiência de fazer reuniões, coordenar, respeitar a decisão e opinião dos outros, fazer cumprir as decisões tomadas no grupo, o convívio social. Estas situações forçam as pessoas a pensarem sobre o que faziam antes e como deverá ser a vida no assentamento, o choque com a herança cultural nem sempre é inevitável. O choque aqui colocado se refere á vivência das pessoas na sua trajetória de vida e o que encontram na proposta de organização de um assentamento. Estas são algumas características do que vem a ser um assentamento de Reforma Agrária do MST.

O sentido do alternativo

Os grupos ao longo da história estabelecem entre si ligações das mais diversas e criam uma identidade que passam a constituir um espaço, assim apropriando-se de um território. Ao constituir o assentamento os camponeses sem-terra passam a emergir nele uma nova concepção de espaço, criando uma identidade de culturas, jeitos, organização, produção, lazer, relação com o mundo, entre as pessoas, com a própria luta, a maneira de sobreviverem, trata-se de olhar para este assentamento como um movimento sociocultural que se institucionaliza para o conjunto do movimento em um território alternativo conforme observa Haesbaert, 2002.

A demarcação territorial irá funcionar como uma marca, garantia de permanência e associabilidade deste assentamento é a vida em funcionamento. A ocupação do território passa a ser entendida como uma das vivências mais significativas, cujo sentido mais profundo somente pode ser compreendido no seu entrelaçamento com as demais ações substantivas que participam deste mesmo processo de constituição e formação do movimento.

Esta vida em funcionamento acontece em diferentes escalas, se observarmos o primeiro momento da ocupação do território teremos uma relação de posse imediata da terra com o objetivo de fixação para sua sobrevivência enquanto ser humano, trabalhar e produzir alimentos. Numa outra escala passa acontecer uma identificação enquanto sem-terra e estes criam laços de identidade social e também de apropriação física do território.

A apropriação física acontece de modo a explorar o que existe neste espaço, conhecendo as características de cada lugar resultando numa relação complexa e

multiterritorial. As condições existentes contribuem para o estabelecimento dos sujeitos neste espaço fazendo dele o seu domínio territorial.

"O território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando. Como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios". (Haesbaert, 2002, p.121).

No estudo realizado por Raffestin, 1993, falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que mesmo, não sendo traçada, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. Em 1986, o território é uma reordenação do espaço na qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura. Neste caso ele está se referindo o conceito de território as redes, malhas e nós.

Ao colocar sobre o território, Santos, diz que:

"O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é á base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população". (Santos, 2002, p.96).

Interpretando aqui o território no caso os assentamentos eles possuem multiplicidade, podemos ver com a posse e com ela os limites demarcados numa perspectiva política construindo fronteiras, delimitando áreas de terras, neste uma relação político econômica do espaço. Ao demarcar a área a pessoa passa a identificar este espaço como sua propriedade e juntando-se ao conjunto do assentamento temos um novo território no qual nem todas as relações estabelecidas serão iguais. Por outro lado temos uma representação simbólica, afetiva, uma apropriação, criando a subjetividade, a identidade com aquele espaço uma

territorialidade. Esta nova territorialidade constitui-se a partir que a identidade dos sujeitos é criada com aquele novo lugar.

Assim os assentamentos do movimento passam a constituir as características próprias de cada um, mas estão ligados entre si por questões econômicas, políticas, de identidade social e cultural forjando novamente outras territorialidades. Um exemplo que podemos citar é quando um assentamento cria um processo econômico de subsistência e de renda, no sentido de entrada no mercado voltado a um tipo de cultura própria daquela região. Isto faz com que a identidade deste assentamento seja apropriada e dominada aqui no sentido de conhecimento por eles mesmos e também quando se identifica no mercado.

Usando o termo de Santos, um espaço híbrido, um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações. “O espaço, uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem”. (Santos, 2002, p.104).

Este hibridismo ressalta as características resultantes da realidade de cada território cabendo nas articulações o estabelecimento das redes internas e externas destes espaços. Ao observar o espaço de um assentamento identificaremos este múltiplo no uso do solo, nas relações de troca de produtos, na organização do trabalho, mas também podemos ter o uno no sentido da identidade sócio política.

Como coloca Haesbaert, as redes nestes casos vão se estabelecendo de uma forma que interligam os territórios, mas os territórios passam a ser os lugares onde acontece o comércio, o consumo, o que torna significativo são as malhas constituídas, fazendo ponte de forma hierárquica com relações dominantes, mas podendo constituir relações solidárias de maneira mais horizontal.

Neste caso os processos sociáveis serão as relações estabelecidas no próprio assentamento, e entre o conjunto do movimento, e ao transferir para fora do movimento a sociedade como um todo terá a oportunidade de conviver com organizações territoriais alternativas. Ao estabelecer a forma de distribuição territorial do espaço do assentamento desde o jeito da divisão do lote para constituir uma proximidade de relações de produção e de convívio, as pessoas tentam fazer deste lugar um resgate de uma nova posição sócio política, econômica e cultural.

A territorialidade e a identidade no espaço do assentamento

Para compreendermos a complexa constituição de um território no caso os assentamentos trabalhando as diferentes escalas local/regional e espacial e o seu processo de territorialidade, é necessário colocarmos a concepção de territorialidade e identidade.

O processo de territorialidade está ligado aquilo que se refere á fixação que aos poucos vai se enraizando, ás marcas, o domínio do território, aqui não necessariamente o domínio político, também o podendo ser, mas, a territorialidade das redes através de monopólios fechados ou globalizados. Na constituição do território as territorialidades se manifestam, que muitas vezes o próprio território expressa-se de uma maneira subjacente.

"O território sempre foi constituído de redes. Poderíamos mesmo afirmar que elas passaram de elemento constituinte, na territorialidade mais tradicional e fechada, a elemento constituidor, malha cada vez mais globalizante dentro da qual os territórios podem se tornar meros pontos, ou seja, momentos ou parcelas elementares das redes. Muitos territórios têm o controle e a identidade internos garantidos por redes hierárquicas (geralmente com o papel de dominação) ou complementares (muitas vezes" de solidariedade"). (Haesbaert 1997, p.94).

A sociedade capitalista contemporânea, ao longo da história através das suas inovações tecnológicas produziram e produzem relações nos territórios onde muitas vezes a territorialidade a identidade das pessoas desaparecem ou entraram num processo de crise de valores não mais se identificando com sua própria natureza.

O que passa a valer são as redes, as malhas podendo ser em grandes ou pequenas escalas desenvolvendo diferentes estratégias em suas relações simétricas ou dessimétricas (Raffestin), constituindo uma nova territorialidade, introduzindo outros conceitos e consumos na vida dos sujeitos.

A identidade de um grupo revela-se pela constituição ou não de sua territorialidade. A vivência de coletivo expressa as relações existentes no trabalho, na sociedade, no espaço cultural, no espaço da própria família, se estas relações se identificarem no grupo irão firmar a identidade interna, mesmo que tenham interferências externas.

Olhando para o território de um assentamento podemos observar que a constituição do grupo de pessoas que vivem no mesmo, passaram a viver neste espaço não por determinação sua de identidade com aquele ambiente, mas porque

enganjaram-se em uma organização que possui uma identidade no caso o MST, o ser Sem Terra, em busca da Terra, o seu chão.

Esta identidade que no meu ponto de vista é político social num primeiro momento, mas com decorrer da implementação do processo produtivo, da organização do espaço do assentamento, da construção da infraestrutura, das relações sociais, econômicas e culturais da vida dos sujeitos, ela redimensiona-se numa amplitude de territorialidade.

Poderíamos dizer que a territorialidade que aparece em um assentamento está composta de relações simétricas, estabelecendo as trocas necessárias, os ganhos e os custos se equilibram revelando a multiplicidade do espaço vivido.

Uma outra dimensão da territorialidade no movimento está no seu jeito de constituir a sua organização do território, porque atua ao mesmo tempo em vários lugares e com ações iguais ou semelhantes, permitindo a sua espacialidade e territorializando a sua identidade.

Aos poucos o território dos assentamentos vão produzindo os seus próprios símbolos, identidades, criam significações da luta e do jeito cultural de cada um. Os significados e as estratégias existentes multiplicam-se em conjunto de ações.

Acreditamos que o processo de territorialização que o movimento vem construindo ao longo de sua história possa demonstrar na prática uma nova inserção das pessoas no espaço geográfico.

BIBLIOGRAFIA

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e Identidade. Niterói: Editoria da UFF, 1998.

_____. Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto, 2002.

MST. Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos, Caderno de Cooperação Agrícola 7. São Paulo: CONCRAB, agosto 1998.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo, ed. USP. 2002.

_____. Por uma outra Globalização, do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

O ESPAÇO RURAL DO OESTE CATARINENSE: COLONIZAÇÃO, APOGEU E CRISE.

SUZIMARY SPECHT[8]

A ocupação e colonização da região do Vale do Rio do Peixe e Vale do Rio Uruguai, posteriormente chamado de Oeste Catarinense, teve início a partir de meados de 1700. Este processo iniciou-se quando na região do Vale do Rio do Peixe foi doada como sesmaria uma grande extensão de terras a um bandeirante paulista. Após este impulso, modificaram-se as características demográficas da região pela ocupação das terras por posseiros, sendo esta situação estendida até o final do século XIX .

A partir de 1850, passou a vigorar também para essa região a Lei de Terras. A aplicação desta normativa visava intensificar a colonização do Oeste Catarinense. Para tal intento o Governo Federal adotou como estratégia a construção de uma ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul.

A empresa contratada para a execução da obra receberia como parte do pagamento do governo de nove a quinze quilômetros de terras a cada margem da ferrovia. As terras recebidas teriam que ser destinadas a ocupação por colonos, sendo que esta era uma imposição do Governo Federal. No entanto, estas terras estavam ocupadas por posseiros, e estes, com a real possibilidade da perda da posse, passaram a se organizar formando uma resistência. Este movimento de resistência deu inicio a Guerra do Contestado.

Os combates perduraram por quatro anos, culminando na derrota dos posseiros para as tropas do Governo Federal. Com o fim da guerra, a empresa construtora da ferrovia passou a vender as terras que lhe eram de direito à empresas colonizadoras. Os principais interessados nestas terras foram os pequenos proprietários rurais oriundos das Velhas Colônias, predominantemente de

[8]Mestre em Geografia, professora no curso de Graduação de Geografia na Universidade do Oeste de Santa Catarina, no pré-vestibular Unificado e nos Colégios Anchieta, Israelita Brasileiro e Unificado.

origem alemã ou italiana do Rio Grande do Sul, que trabalhavam em regime de mão-de-obra familiar.

As propriedades adquiridas pelos colonos gaúchos eram em média de 15 hectares, cobertas de mata nativa que para dar lugar à prática agrícola, eram retiradas e aproveitadas para a construção das primeiras instalações, após a queimada. Outro fator que culminou para a adaptação dos colonos as novas terras foram as condições climáticas. Devido a proximidade geográfica, os colonos adaptados com semelhante condição no Rio Grande do Sul, introduziram as mesmas culturas agrícolas que estavam habituados, nas terras catarinenses.

O sistema de cultivo desenvolvido por esses migrantes no Oeste Catarinense foi a policultura e se embasou no cultivo do feijão, do milho e na suinocultura, sendo que a comercialização destes produtos inicialmente ocorreu com as cooperativas agrícolas que vinham se formando. Esse modelo econômico foi o embasamento da produção primária na região até o final da década de 1950.

No início dos anos 60 passou a haver um "rearranjo" nos sistemas produtivos. Seguindo a tendência que vinha ocorrendo em outras regiões do país, as agroindústrias passavam a assumir um papel de destaque na economia da região, impulsionadas pelos fartos créditos agrícolas ofertados pelo Estado desenvolvimentista brasileiro. Assim, pela diversificação de suas operações, as agroindústrias ampliaram a sua participação no mercado, sendo que na região passaram a desenvolver sistemas de integração com os agricultores investindo na suinocultura, avicultura, e também na produção do milho e soja. Esta estratégia foi inédita para a região pois, as cooperativas agrícolas mantinham a sua base produtiva calcada unicamente na suinocultura, e na produção de feijão e milho.

Dada a maior competitividade, a agroindústria do Oeste Catarinense passou a ditar as regras na produção agropecuária regional. Com esta predominância, acentuou-se a dependência do produtor familiar, pois as empresas passaram a estipular a quantidade a ser produzida e o preço a ser pago, bem como, uma padronização das instalações, levando muitos dos agricultores que não acompanharam os ritmos da inovação tecnológica, a exclusão do mercado.

A partir de 1980, o volume de crédito rural e subsídios do governo sofreram uma diminuição significativa, reflexo da conjuntura regional e nacional. Este fato desencadeou uma crise para o setor, afetando principalmente a suinocultura, na

produção pecuária; e o feijão, na agricultura, pontos fortes da produção agropecuária da região, pelos agricultores não integrados. Além desta crise de financiamentos, o Oeste Catarinense passou a sofrer a concorrência da expansão da produção de grãos do Centro-Oeste brasileiro. A avicultura, devido à ampliação de seu consumo, não sofreu tanto o impacto.

A crise se agravou, e o governo com o intuito de não deixar sucumbir totalmente a agricultura familiar não integrada à agroindústria, criou um programa de incentivo para aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para estes. A solução se mostrava ineficaz, pois o uso desses implementos agrícolas na propriedades tornou-se inviável economicamente pelo tamanho das propriedades. Aliado também a essa realidade, há o fechamento da fronteira agrícola, que já vinha ocorrendo desde os anos setenta, resultando no fim da oferta das terras disponíveis.

Estes acontecimentos, a falta de financiamento, a descapitalização e a exclusão de parte dos agricultores do mercado, levaram a crise agrícola do Oeste Catarinense para os pequenos agricultores familiares. Como resultado a esta crise, a opção encontrada por muitos filhos destes agricultores foi o êxodo rural, desencadeando um significativo esvaziamento populacional na região.